

AGENCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES

Estudo Técnico Preliminar 119/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 50500.068707/2025-17

2. Descrição da necessidade

LOCAÇÃO EVENTUAL DE VEÍCULOS

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, no exercício de suas competências institucionais, demanda, de forma eventual e conforme a necessidade, a utilização de veículos automotores para viabilizar o deslocamento de servidores efetivos, comissionados e colaboradores terceirizados, no desempenho de atividades administrativas, operacionais, fiscalizatórias e de apoio institucional.

As atividades desenvolvidas pela Agência apresentam naturezas diversas e, em muitos casos, exigem soluções de transporte específicas, incluindo a disponibilização de veículos com e sem motorista, bem como diferentes categorias de veículos. Tal flexibilidade mostra-se essencial para o adequado atendimento das demandas institucionais, especialmente aquelas relacionadas a fiscalizações veladas, ações em áreas fronteiriças, localidades remotas ou de difícil acesso, além de atividades de relevante impacto político-social, que podem demandar, eventualmente, a utilização de veículos com tração 4x4, sem prejuízo à frota própria da Agência.

A contratação de serviço de locação eventual de veículos configura-se como alternativa mais eficiente e econômica para o atendimento dessas demandas pontuais, uma vez que evita a manutenção de frota própria dimensionada para situações excepcionais, assegurando melhor gestão dos recursos públicos e maior eficiência operacional.

Registra-se que, no intervalo de aproximadamente quatro anos, a ANTT realizou três contratações similares para o atendimento dessa mesma necessidade, evidenciando a recorrência da demanda e a importância de se aprimorar o modelo de contratação adotado, de modo a mitigar riscos de descontinuidade do serviço e reduzir a necessidade de reiteradas instaurações de novos processos administrativos.

No caso mais recente, o Contrato Administrativo nº 004/2025, firmado com a empresa RBR Transporte e Locadora Ltda, com vigência até 04 de fevereiro de 2026, teve sua continuidade inviabilizada em razão da manifestação formal da contratada quanto ao desinteresse na prorrogação contratual, o que reforça a necessidade de adoção de medidas que promovam maior estabilidade e previsibilidade na execução contratual.

Diante desse cenário, tornou-se necessária a instauração do presente Estudo Técnico Preliminar, com vistas à contratação de serviço de locação eventual de veículos, contemplando aperfeiçoamentos nas condições de contratação, tais como a previsão de critérios mais robustos de qualificação técnica da empresa, a exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo compatível com a dimensão e os riscos do contrato, bem como a avaliação da adoção da prática de “No Show”, para prever de forma contratual, os casos de solicitações de serviços em prazos inferiores a 24 horas, bem como o cancelamento imprevisto da locação, por parte da contratante; para mitigar o prejuízo da contratada, assegurando desse modo, maior confiabilidade, eficiência e continuidade na prestação dos serviços.

Essas medidas visam aprimorar o planejamento da contratação, reduzir riscos operacionais e administrativos, e garantir que a solução adotada atenda, de forma adequada e sustentável, às necessidades institucionais da ANTT, em consonância com os princípios da eficiência, economicidade e do interesse público.

O serviço que será contratado enquadra-se no conceito comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações usuais de mercado e a escolha do licitante vencedor será feita exclusivamente com base no menor preço ofertado.

Por não se enquadrarem em nenhum dos incisos do art. 23 da Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011, as informações contidas nos autos não serão classificadas como ultrassecretas, secretas ou reservadas.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenador de Transporte e Gestão de Frota	Tarso Dias Pinheiro

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

A contratação visa à prestação de serviço de locação eventual de veículos, com e sem motorista, para atendimento das demandas institucionais da ANTT, em Brasília e em outras localidades, contemplando diferentes categorias de veículos, inclusive 4x4, quando necessárias.

O Catálogo Eletrônico de Padronização da Administração Pública Federal, embora tenha por finalidade a padronização de bens e serviços, contempla atualmente apenas itens como água, açúcar e café, não abrangendo serviço compatível com as especificidades da locação eventual de veículos demandada neste processo, razão pela qual não será utilizado.

Assim, as especificações técnicas e condições da contratação serão definidas conforme as necessidades da ANTT, observados os parâmetros legais, as condições de mercado e o disposto na Lei nº 14.133/2021, com vistas a assegurar a adequada execução das atividades institucionais da Agência.

Das especificações dos veículos

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os veículos conforme abaixo:

Veículo tipo “PASSEIO”: veículo sedan intermediário, quatro portas, com ar condicionado, com vidros e travas elétricos, direção hidráulica ou elétrica (exemplos: Toyota Etios 1.5, Nissan Versa 1.6, Hyundai HB20S 1.6, Fiat Cronos 1.3, Renault Logan 1.6 ou similar);

Veículo tipo “EXECUTIVO SEDAN”: veículo sedan, quatro portas, com ar condicionado, com vidros e travas elétricos, direção hidráulica ou elétrica (exemplos: VW Jetta 2.0, Nissan Sentra 2.0, Toyota Corolla GLI 1.8 ou similar);

Veículo tipo “CAMINHONETE”: veículo misto 4x4, para transporte de passageiros e carga, quatro portas, com ar condicionado, com vidros e travas elétricos, direção hidráulica ou elétrica (exemplos: Toyota Hilux, Mitsubishi L200, Chevrolet S-10, Nissan Frontier ou similar);

Veículo tipo “VAN EXECUTIVA”: com capacidade para 15 passageiros, com ar condicionado (exemplos: Renault Master, Mercedes-Benz Sprinter, Citroen Jumper ou similar);

Os veículos colocados à disposição dos usuários devem possuir idade máxima de 2 (dois) anos de uso, a partir de seu ano de fabricação; com exceção das vans executivas, que devem possuir idade máxima de 5 (cinco) anos de uso.

Da carga-horária para utilização dos veículos

Os veículos, com ou sem motorista, serão locados segundo a discriminação abaixo:

a) Todas as diárias serão de 24 (vinte e quatro) horas, incluída a disponibilidade do motorista (quando forem locações com motoristas) nesse período;

b) O pagamento de hora-extra do veículo é devido quando exceder a diária de 24 (vinte e quatro) horas;

c) O número máximo de horas-extras será de 3 (três), ultrapassando esse número será cobrada mais uma diária;

d) O valor máximo de horas-extras por locação não poderá ultrapassar o valor de uma diária;

As horas extras somente serão computadas após o término do prazo de tolerância de 60 (sessenta) minutos, findo o horário inicialmente previsto (HIP) para o término da locação.

No caso de locação de veículos com motorista, as disposições normativas sobre jornada de trabalho devem ser respeitadas. Os motoristas devem ser substituídos, visando evitar que os limites legais sejam excedidos.

Sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Solicitar que a contratada desenvolva ou adote procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais: pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

Nas lavagens dos veículos locados utilizar água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros).

Manter a regulação dos veículos automotores, preservando as suas características originais para serem minimizados os níveis de emissão de poluentes, visando contribuir com o atendimento dos programas de qualidade do ar, observados os limites máximos de emissão de gases, conforme legislação vigente.

Manter os veículos automotores de modo a coibir a deterioração e a adulteração do sistema de escapamento que possam resultar em níveis de emissão sonora superiores aos padrões aceitáveis nos termos da legislação regente, normas brasileiras aplicáveis e recomendação dos manuais de proprietários e serviços do veículo.

Utilizar veículos movidos a combustíveis que causem menor impacto ambiental, visando à redução efetiva de emissões poluidoras à atmosfera. Manter política de boas práticas ambientais na gestão de suprimentos especialmente quanto à aquisição e descarte de pneus, bem como dos resíduos dos processos de manutenção e limpeza dos veículos.

Indicação de marcas ou modelos

Na presente contratação existe a indicação de marcas e modelos de veículos feitas exclusivamente com o intuito de melhor compreensão das diferenças entre cada categoria, sendo uma lista meramente exemplificativa, podendo ser ofertados veículos similares aos elencados nas descrições do objeto.

Da vedação de utilização de marca/produto na execução do serviço

Não serão vedadas quaisquer marcas ou produtos.

Da exigência de carta de solidariedade

Não será exigida carta de solidariedade no presente certame, pois pode restringir sua competitividade.

Subcontratação

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual. A vedação assegura que a empresa contratada seja a principal responsável pela execução do objeto, evitando que a qualidade do serviço ou do produto seja comprometida pela intermediação de terceiros.

Garantia da contratação

Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

Vistoria

Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

Observação importante

Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais, acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal da ANTT.

5. Levantamento de Mercado

A contratação de serviços de locação de veículos com e sem motorista, por meio de procedimentos licitatórios, é prática consolidada em diversos órgãos públicos federais e estaduais, sendo adotada para atender demandas institucionais de transporte em caráter eventual ou continuado, em razão da flexibilidade operacional e da racionalização de custos que proporciona em comparação à manutenção de frota própria.

Como referência relevante, destaca-se o Pregão Eletrônico nº 10/2023 – G20, realizado pela Central de Compras do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), cujo objeto consistiu na contratação de serviços de locação de veículos com e sem motorista, destinados a atender às necessidades de transporte de autoridades e delegados durante as reuniões do G20 no Brasil. A sessão pública ocorreu em 01 de fevereiro de 2024, visando estabelecer condições padronizadas de atendimento às diversas unidades e órgãos envolvidos nas atividades previstas no cronograma do evento.

Além desse certame, outras licitações públicas evidenciam a utilização da locação de veículos para fins institucionais, a exemplo de:

- Pregão Eletrônico nº 90025/2024 – Polícia Federal: contratação de serviço continuado de locação de veículos executivos e utilitários, destinados às atividades de segurança de dignitários, contemplando veículos blindados, vans, micro-ônibus e outros tipos, conforme a necessidade da execução da atividade policial;
- Contrato nº 65/2023 – Ministério da Agricultura e Pecuária, que contempla a locação de veículos de representação sem motorista e utilitários com motorista para transporte de servidores e apoio às atividades administrativas;
- Contrato nº 5/2025, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90077/2024, celebrado pela Câmara dos Deputados, abrangendo a locação de diversos tipos de veículos (SUVs, vans, micro-ônibus e caminhões), sem motorista, com quilometragem livre e seguro total.

A análise dos termos de referência e editais correlatos demonstra que os órgãos públicos, ao realizarem licitações para locação de veículos, costumam estabelecer requisitos técnicos e operacionais compatíveis com o objeto, visando assegurar a adequada execução do serviço. Como exemplo, observa-se em editais de órgãos da Administração Pública Federal a exigência de veículos em perfeitas condições de uso, com documentação regular, itens obrigatórios de segurança e conformidade com a legislação de trânsito vigente.

Outra prática recorrente identificada na pesquisa de mercado refere-se ao tratamento das ocorrências de não disponibilização de veículos previamente solicitados (*no-show*), situação para a qual os contratos costumam prever regras específicas, como prazos mínimos para cancelamento por parte da Administração e penalidades ou ajustes financeiros quando a empresa não atende à solicitação sem justificativa adequada, para reduzir impactos operacionais e assegurar maior previsibilidade na execução contratual.

Paralelamente à análise do mercado fornecedor, foram avaliadas as alternativas de atendimento da demanda, à luz dos princípios da economicidade, eficiência e adequação à natureza das necessidades da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT:

- Aquisição de frota própria, que permitiria controle total sobre os veículos, mas envolveria elevado custo inicial, despesas permanentes com manutenção, seguros e depreciação, além da necessidade de estrutura administrativa específica para gestão da frota, mostrando-se inviável diante do caráter eventual das demandas;
- Locação de frota fixa, modalidade que assegura disponibilidade permanente, porém implica custos fixos elevados e potencial ociosidade em períodos de baixa demanda, revelando-se inadequada à natureza não contínua das necessidades da ANTT;
- Contratação eventual por demanda (solução escolhida), modelo que possibilita a locação de veículos conforme a efetiva necessidade, com flexibilidade quanto às categorias e à disponibilização de motorista, apresentando custo variável, pagamento restrito ao uso efetivo e eliminação de despesas relacionadas à manutenção e depreciação, sendo a alternativa mais compatível com o perfil das demandas institucionais da Agência.

Diante do exposto, a pesquisa de mercado e a análise das alternativas demonstram que a contratação, por meio de licitação, de serviço de locação eventual de veículos, sob demanda, constitui a solução mais econômica, eficiente e aderente às necessidades institucionais da ANTT, alinhando-se às práticas consolidadas adotadas por outros órgãos da Administração Pública e às diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

Diante do cenário analisado na pesquisa de mercado, das práticas adotadas por outros órgãos da Administração Pública e da natureza eventual e variável da demanda por serviços de locação de veículos, verifica-se a necessidade de adoção de medidas que reforcem a segurança, a previsibilidade e a continuidade da execução contratual.

A inclusão de requisito de capacidade econômico-financeira, por meio da exigência de capital social ou patrimônio líquido mínimo compatível com o porte e os riscos da contratação, mostra-se medida adequada e proporcional, uma vez que contribui para assegurar que a empresa contratada possua condições financeiras suficientes para suportar os custos iniciais da operação, manter a disponibilidade da frota e cumprir as obrigações contratuais, reduzindo o risco de interrupção dos serviços ou de desistência durante a vigência contratual.

Adicionalmente, a previsão de cláusula específica para tratar a ocorrência de não disponibilização de veículos previamente solicitados (*no show*) alinha-se às boas práticas observadas em contratações similares no setor público, funcionando como instrumento de mitigação de riscos operacionais. Tal cláusula confere maior confiabilidade à prestação do serviço, ao estabelecer regras claras quanto aos prazos de comunicação, responsabilidades das partes e eventuais penalidades, preservando o interesse público e assegurando maior efetividade no atendimento das demandas institucionais.

Dessa forma, a adoção desses mecanismos no presente procedimento licitatório contribui para o aprimoramento do modelo de contratação, fortalecendo a gestão do contrato e promovendo maior eficiência, economicidade e segurança jurídica, em consonância com os princípios que regem a Administração Pública e com as diretrizes da Lei nº 14.133/2021.

6. Descrição da solução como um todo

A solução proposta consiste na contratação, por meio de procedimento licitatório, de serviço de locação eventual de veículos automotores, com e sem disponibilização de motorista, a ser executado sob demanda, conforme as necessidades institucionais da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT.

O serviço deverá contemplar a disponibilização de diferentes categorias de veículos, compatíveis com a diversidade das atividades desenvolvidas pela Agência, incluindo, quando necessário, veículos aptos a operar em áreas remotas, fronteiriças ou de difícil acesso, assegurando condições adequadas de segurança, eficiência e continuidade das ações administrativas, operacionais e de fiscalização.

A contratação permitirá o atendimento de demandas não contínuas e variáveis, evitando a manutenção de frota própria ou de frota fixa locada, alternativas que se mostraram menos vantajosas sob os aspectos econômico e operacional. Nesse modelo, o pagamento estará vinculado à efetiva utilização dos serviços, promovendo maior controle dos gastos públicos e melhor relação custo-benefício.

A execução do objeto terá início em até 10 (dez) dias contados da assinatura do contrato ou instrumento congênere, cabendo à Contratada a integral responsabilidade pela gestão operacional da frota disponibilizada, incluindo manutenção, seguros, documentação e demais obrigações legais.

Especificações dos Veículos

Para a execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os veículos abaixo especificados, ou similares, todos em perfeitas condições de uso, segurança e conforto:

- Veículo tipo PASSEIO: sedan intermediário, quatro portas, ar-condicionado, vidros e travas elétricos, direção hidráulica ou elétrica (ex.: Toyota Etios 1.5, Nissan Versa 1.6, Hyundai HB20S 1.6, Fiat Cronos 1.3, Renault Logan 1.6);
- Veículo tipo EXECUTIVO SEDAN: sedan, quatro portas, ar-condicionado, vidros e travas elétricos, direção hidráulica ou elétrica (ex.: VW Jetta 2.0, Nissan Sentra 2.0, Toyota Corolla GLE 1.8);
- Veículo tipo CAMINHONETE: veículo misto 4x4, quatro portas, para transporte de passageiros e carga, ar-condicionado, vidros e travas elétricos (ex.: Toyota Hilux, Mitsubishi L200, Chevrolet S-10, Nissan Frontier);
- Veículo tipo VAN EXECUTIVA: capacidade mínima para 15 passageiros, com ar-condicionado (ex.: Renault Master, Mercedes-Benz Sprinter, Citroën Jumper).

Os veículos deverão possuir idade máxima de 2 (dois) anos, a partir do ano de fabricação, excetuadas as vans executivas, que poderão possuir até 5 (cinco) anos.

Carga Horária e Regime de Utilização

Os veículos, com ou sem motorista, serão locados conforme as seguintes condições:

- As diárias corresponderão a 24 (vinte e quatro) horas, incluída a disponibilidade do motorista, quando aplicável;
- O pagamento de horas extras será devido quando excedida a diária, limitado a 3 (três) horas extras, sendo que o valor total não poderá ultrapassar o valor de uma diária adicional;
- Ultrapassado esse limite, será cobrada nova diária;
- As horas extras somente serão computadas após o prazo de tolerância de 60 (sessenta) minutos.

Nas locações com motorista, deverão ser observadas as normas legais relativas à jornada de trabalho, com substituição de motoristas sempre que necessário.

Solicitação, Reserva e Apresentação dos Veículos

A solicitação da locação deverá ser realizada pela Contratante com antecedência mínima de 6 (seis) horas. A Contratada deverá encaminhar o comprovante de reserva (voucher) à Área de Transportes da ANTT (COTRAN /GELOG/SUDEG), contendo todas as informações pertinentes, observando-se os seguintes prazos:

- 48 horas de antecedência, para solicitações realizadas com mais de 72 horas;
- 24 horas de antecedência, para solicitações realizadas com mais de 48 horas;

- Nos casos de início em dias não úteis, aplicar-se-ão os prazos específicos estabelecidos, inclusive comunicações até quinta ou sexta-feira, conforme o caso.

Execução Contratual e Obrigações da Contratada

A Contratada deverá executar os serviços conforme as especificações estabelecidas, sendo responsável por:

- Disponibilizar veículos e motoristas habilitados, quando aplicável;
- Manter canal de atendimento permanente, 24 horas por dia;
- Executar manutenção preventiva e corretiva, limpeza, seguros e substituição imediata de veículos que não atendam às condições contratuais;
- Cumprir normas de trânsito, ambientais, de segurança e higiene;
- Assumir despesas com impostos, seguros, manutenção, multas (nas locações com motorista), encargos trabalhistas e demais custos necessários à execução do objeto;
- Reparar danos, ressarcir prejuízos e comunicar ocorrências relevantes à fiscalização do contrato;
- Designar preposto para interlocução com a Contratante.

Nas locações com motorista, especialmente na categoria Van Executiva sem fornecimento de combustível, deverão ser observados os procedimentos de controle, inclusive o preenchimento da Autorização de Saída de Veículos, conforme normativos internos vigentes.

Gestão e Fiscalização do Contrato

O contrato será executado segundo a Lei nº 14.133/2021, com acompanhamento e fiscalização pela Administração. As comunicações ocorrerão preferencialmente por escrito, admitindo-se meios eletrônicos. Em caso de impedimento, paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma será prorrogado automaticamente pelo período correspondente, mediante apostila.

Após a assinatura do contrato, a Contratante poderá convocar reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, contendo informações sobre obrigações contratuais, mecanismos de controle, estratégias de execução, critérios de aferição dos resultados e sanções aplicáveis.

Mitigação de Riscos e Garantias da Execução

A solução contempla requisitos de habilitação e qualificação compatíveis com o objeto, inclusive quanto à capacidade econômico-financeira da contratada, de modo a assegurar condições adequadas para o cumprimento das obrigações assumidas durante toda a vigência contratual.

Com vistas à mitigação de riscos operacionais e financeiros decorrentes de cancelamentos intempestivos ou da não disponibilização/utilização dos veículos previamente demandados, a contratação deverá prever regras objetivas para o tratamento das ocorrências de cancelamento e no show, alinhadas às boas práticas observadas em contratações similares no âmbito da Administração Pública.

Para fins de equilíbrio econômico-financeiro do contrato e racionalização do uso dos recursos públicos, será adotado o seguinte tratamento financeiro, conforme o prazo de comunicação do cancelamento por parte da Contratante:

Prazo do cancelamento

Até 24 horas antes do início da locação
Entre 24 horas e 6 horas antes do início
Menos de 6 horas antes do início
No-show (não comparecimento ou cancelamento após o horário previsto para início da locação)

Tratamento financeiro

Sem ônus para a Administração
Ônus parcial, limitado a até 25% do valor da diária
Ônus parcial, limitado a até 50% do valor da diária
Cobrança de 75% do valor da diária, limitada ao período mínimo de locação

As regras acima visam conferir previsibilidade, transparência e segurança jurídica à execução contratual, ao mesmo tempo, em que preservam o interesse público, evitam cobranças desproporcionais e incentivam o adequado planejamento das demandas de transporte por parte da Administração.

A aplicação dos ônus previstos não afasta a necessidade de comunicação formal entre as partes, observados os prazos e os meios definidos contratualmente, nem prejudica a apuração de responsabilidades em caso de falhas imputáveis à Contratada.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

A estimativa anual de quantidades foi estabelecida conforme Nota Técnica da área solicitante SEI nº 37809106 e seu memorial de cálculo SEI nº 37812135 constantes no processo 50500.068707/2025-17, conforme demonstrado no quadro abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID MED	QTD
1	Diária (24h) - Veículo Passeio Sem Motorista, com seguro total e sem fornecimento de combustível.	Diária	65
2	Hora extra - Veículo Passeio Sem Motorista, com seguro total e sem fornecimento de combustível.	Hora	10
3	Diária (24h) - Veículo Executivo Sedan com Motorista, com seguro total e com fornecimento de combustível.	Diária	18
4	Hora extra - Veículo Executivo Sedan com Motorista, com seguro total e com fornecimento de combustível.	Hora	10
5	Diária (24h) - Veículo Caminhonete 4x4 sem Motorista, com seguro total e sem fornecimento de combustível.	Diária	5
6	Hora extra - Veículo Caminhonete 4x4 sem Motorista, com seguro total e sem fornecimento de combustível.	Hora	5
7	Diária (24h) - Veículo Van p/ 15 pessoas com Motorista, com seguro total e sem fornecimento de combustível.	Diária	15
8	Hora extra - Veículo Van p/ 15 pessoas com Motorista, com seguro total e sem fornecimento de combustível.	Hora	5
9	Despesa c/ pedágio, estacionamento, franquia de seguro, combustível.	Estimativa	R\$ 9.000,00

Essa tabala, entretanto, não apresenta quantitativos mensais a serem contratados. Para se solucionar essa lacuna, fez-se a divisão por 12 meses e o arredondamento necessário, apresentando como resultado a tabela a seguir que será utilizada em todos os outros artefatos do processo licitatório.

Item	Descrição	Unidade de Medida	QTD MENSAL
1	Diária (24h) - Veículo Passeio Sem Motorista, com seguro total e sem fornecimento de combustível.	Diária	6
2	Hora extra - Veículo Passeio Sem Motorista, com seguro total e sem fornecimento de combustível.	hora	1
3	Diária (24h) - Veículo Executivo Sedan com Motorista, com seguro total e com fornecimento de combustível.	Diária	2
4	Hora extra - Veículo Executivo Sedan com Motorista, com seguro total e com fornecimento de combustível.	hora	1
5	Diária (24h) - Veículo Caminhonete 4x4 sem Motorista, com seguro total e sem fornecimento de combustível.	Diária	1
6	Hora extra - Veículo Caminhonete 4x4 sem Motorista, com seguro total e sem fornecimento de combustível.	hora	1
	Diária (24h) - Veículo Van p/ 15 pessoas com Motorista, com seguro total e sem		

7	fornecimento de combustível.	Diária	1
8	Hora extra - Veículo Van p/ 15 pessoas com Motorista, com seguro total e sem fornecimento de combustível.	hora	1
9	Despesa c/ pedágio, estacionamento, franquia de seguro, combustível.	Estimativa	R\$ 750,00

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 149.149,08

A estimativa de valor foi executada por meio de pesquisa, que atendeu aos ditames do artigo 23 da Lei n.º 14.133 /2021, regulamentado pela IN SEGES/ME n.º 65, de 7 de julho de 2021, que apresentamos no quadro a seguir:

Item	Descrição	Unidade de Medida	QTD MENSAL	Vlr unit	Vlr mensal do item	Vlr anual do item
1	Diária (24h) - Veículo Passeio Sem Motorista, com seguro total e sem fornecimento de combustível.	Diária	6	500,00	3.000,00	36.000,00
2	Hora extra - Veículo Passeio Sem Motorista, com seguro total e sem fornecimento de combustível.	hora	1	115,00	115,00	1.380,00
3	Diária (24h) - Veículo Executivo Sedan com Motorista, com seguro total e com fornecimento de combustível.	Diária	2	1.236,25	2.472,50	29.670,00
4	Hora extra - Veículo Executivo Sedan com Motorista, com seguro total e com fornecimento de combustível.	hora	1	224,93	224,93	2.699,16
5	Diária (24h) - Veículo Caminhonete 4x4 sem Motorista, com seguro total e sem fornecimento de combustível.	Diária	1	2.411,66	2.411,66	28.939,92
6	Hora extra - Veículo Caminhonete 4x4 sem Motorista, com seguro total e sem fornecimento de combustível.	hora	1	380,00	380,00	4.560,00
7	Diária (24h) - Veículo Van p/ 15 pessoas com Motorista, com seguro total e sem fornecimento de combustível.	Diária	1	2.750,00	2.750,00	33.000,00
8	Hora extra - Veículo Van p/ 15 pessoas com Motorista, com seguro total e sem fornecimento de combustível.	hora	1	325,00	325,00	3.900,00
9	Despesa c/ pedágio, estacionamento, franquia de seguro, combustível.	Estimativa	valor estimado	750,00	750,00	9.000,00
TOTAL MENSAL / ANUAL					12.429,09	149.149,08

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Com o intuito de ampliar a competitividade e possibilitar a economia de escala, com o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, o Art. 40 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 relata que o planejamento de compras deverá

considerar a expectativa de consumo anual e observar o atendimento aos princípios "do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso". No entendimento de Marçal Justen Filho, em sua obra Comentários a Lei de Licitações e Contratos Administrativos, 13ª edição, o objetivo maior da obrigatoriedade do parcelamento do objeto é a ampliação das vantagens econômicas para a Administração, enquanto se reduzem as despesas administrativas. Para referido autor "a possibilidade de participação de maior número de interessados não é objetivo imediato e primordial, mas via instrumento de se obter melhores ofertas (em virtude do aumento da competitividade). Logo, a Administração não pode justificar um fracionamento que acarretar elevação de custos através do argumento de benefício a um número maior de particulares." Isso implica em dizer que, embora a Lei tenha adotado como regra o parcelamento do objeto, ele somente se justifica e fundamenta quando houver viabilidade técnica e, principalmente, ganho econômico para a Administração Pública. Todavia, essa orientação exige que o parcelamento somente seja efetuado quando não resultar em perda de economia de escala. Não se pode esquecer que a licitação é procedimento administrativo que visa, entre outros aspectos, a que a Administração contrate de forma mais vantajosa possível. Logo, não seria razoável, além de ser ilegal, que o parcelamento venha ocasionar perda de economia de escala e, por via de consequência, maiores custos para a Administração Pública.

Nesse diapasão, conclui-se que o parcelamento da contratação em referência, além de provocar a perda da economia de escala, diminuiria o interesse de maior número de fornecedores devido ao baixo valor resultante a ser contratado em cada fração (parcela). O fracionamento também resultaria na necessidade de administração de diversos contratos com diversas empresas diferentes, o que acabaria por trazer maior ônus ao serviço público. Optou-se, portanto, pela contratação em um único grupo de itens pela economia de escala, pela econômica em procedimentos para administração e fiscalização de um único contrato em detrimento de diversos contratos com diversas empresas.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes a do presente objeto.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

Como a manifestação de desinteresse na renovação do Contrato Administrativo nº 05/2025, firmado para a execução dos serviços de locação eventual com a empresa ROR Transporte e Locadora Ltda, foi formalizada somente em 02 de dezembro de 2025, esta demanda não consta no PCA 2026, sendo prevista apenas a renovação do referido contrato. Entretanto, foi solicitada sua inclusão na próxima alteração do PCA 2026.

A presente contratação está em consonância com o Plano Diretor de Logística Sustentável, alinhada ao atendimento das diretrizes de sustentabilidade estabelecidas pelo Plano Diretor de Gestão de Logística Sustentável 2024 - 2027, que fomenta "Incentivar a inovação e a adoção de melhores práticas nas compras e contratações sustentáveis".

Esta demanda está alinhada, também, ao Planejamento Estratégico 2024/2030 da ANTT, conforme o objetivo "Pessoas e Recursos - aprimorar o uso racional e sustentável dos recursos financeiros e logísticos".

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Atender a necessidade de disponibilização de veículos a serem locados eventualmente, onde a Agência não puder atender com frota própria, pelo sistema de diárias para dar suporte às atividades finalísticas e de representação da Agência Nacional de Transportes Terrestres, em todo o território nacional, seja em capitais ou em cidades interioranas.

13. Providências a serem Adotadas

Não existem providências a serem adotadas no presente processo.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Emissão de gases de efeito estufa (GEE)

Decorrente da queima de combustíveis fósseis durante o uso dos veículos, contribuindo para a poluição atmosférica e para as mudanças climáticas.

Consumo de combustíveis e recursos naturais

Utilização de combustíveis (gasolina, etanol ou diesel) e de recursos associados à operação dos veículos.

Geração de resíduos automotivos

Produção indireta de resíduos como óleos lubrificantes usados, pneus, filtros e peças automotivas provenientes da manutenção dos veículos.

Poluição sonora

Emissão de ruídos decorrentes da circulação de veículos, especialmente em áreas urbanas ou próximas a comunidades sensíveis.

Aumento pontual do tráfego urbano

Incremento temporário da circulação de veículos em determinadas localidades, podendo impactar a mobilidade e a qualidade do ar.

Riscos ambientais associados a acidentes

Possibilidade de vazamento de combustíveis, óleos ou outros fluidos em caso de acidentes ou falhas mecânicas.

Ressalta-se que, no modelo de locação eventual por demanda, tais impactos tendem a ser reduzidos, uma vez que:

- os veículos são utilizados apenas quando necessários;
- não há manutenção de frota própria ociosa;
- a responsabilidade pela manutenção e destinação adequada de resíduos recai sobre a empresa contratada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação de serviços de locação de veículos, com ou sem motorista, é viável técnica e operacionalmente, uma vez que se trata de solução amplamente consolidada no mercado, com oferta suficiente de empresas capacitadas para atender às especificações estabelecidas.

O objeto possui características padronizadas, de fácil definição e mensuração, permitindo adequada fiscalização pela Administração. Além disso, o modelo de locação sob demanda assegura flexibilidade, continuidade dos serviços e redução de riscos operacionais, ao transferir à contratada a responsabilidade pela gestão da frota, manutenção, seguros e regularidade documental.

Dessa forma, a solução proposta atende de maneira eficiente às necessidades institucionais, mostrando-se plenamente viável e compatível com a capacidade operacional do órgão.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARCIO XAVIER DE ARAUJO

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 29/12/2025 às 10:00:16.

CANDIDA MACHADO PEREIRA OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação

WILLIAM YAU HAN CHUANG

Membro da comissão de contratação

JOSE EDUARDO CANAVEZES SOUZA

Membro da comissão de contratação